Políticas Públicas, Desenvolvimento e Meio Ambiente

Professora

Suely M. V. G. de Araújo

Encontros remotos

09 de janeiro (19 às 21h30)

06 de janeiro (19 às 21h30)

Encontros presenciais

17 de janeiro (17 às 20h30)

18 de janeiro (8h30 às 16h30)

14 de fevereiro (17 às 20h30)

15 de fevereiro (8h30 às 16h30)

Ementa:

Meio ambiente e clima na era do antropoceno; a crise climática e seus efeitos. Conceitos fundamentais em meio ambiente, política ambiental e direito ambiental. Políticas relacionadas a biodiversidade e florestas ("agenda verde"). Políticas relacionadas à "agenda marrom" (controle de poluição, saneamento e resíduos). Gestão das cidades. Política de gestão dos recursos hídricos. Licenciamento ambiental e avaliação ambiental estratégica. A questão climática e as ações governamentais nas esferas nacional e internacional. Desafios da integração entre desenvolvimento e meio ambiente: os principais impasses e conflitos atuais no Brasil e no mundo. Processos decisórios e atuação governamental na questão ambiental: legislação, estruturas institucionais, processos, dinâmicas, fluxos, atores envolvidos, conflitos e aprendizado direcionado às políticas públicas.

Objetivos de aprendizagem:

A proposta da disciplina é apresentar aos alunos conceitos e discussões referentes à política ambiental, com destaque para o caso brasileiro. O panorama internacional será abordado principalmente no tema clima, sem prejuízo da apresentação em outros temas quando relevante. Serão estudadas as diferentes agendas afetas a essa área de políticas públicas, incluindo biodiversidade e florestas, poluição, a questão urbana, recursos hídricos, a questão climática e outros assuntos. Em cada agenda, serão apresentadas e debatidas a realidade atual, as principais ferramentas de políticas públicas adotadas, a base normativa e as dificuldades enfrentadas, bem como os desafios em aberto. O debate sobre a interação com a economia e a política de infraestrutura ocorrerá de forma transversal, ao longo do conjunto de aulas. A partir de um olhar sistêmico, serão apresentadas e debatidas as ações e as atividades desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade que apresentam relação com meio ambiente, focando em legislação, estruturas institucionais, processos, dinâmicas, fluxos, atores envolvidos, conflitos e aprendizado direcionado às políticas públicas.

Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a:

- *Inter-relacionar as principais agendas afetas à política ambiental, incluindo sua conexão com o setor de infraestrutura e outras áreas de atuação governamental;*
- *Debater a estrutura institucional e organizacional da política ambiental no país, incluindo a legislação mais relevante e englobando a "agenda verde", a "agenda marrom", a questão urbana e outros temas;*
- *Entender a questão climática de forma intersetorial e transdisciplinar;*
- *Apresentar propostas sobre problemas críticos afetos aos principais temas abrangidos pela disciplina.*

Metodologia de Ensino e Avaliação:

Exposições dialogadas, debates baseados em leituras e análises de estudos de casos concretos. É fundamental a leitura dos textos indicados nas leituras obrigatórias de cada módulo. Leituras complementares são aconselháveis a partir de interesses específicos dos alunos.

A avaliação será realizada pela participação, por um trabalho em grupo apresentado oralmente em uma das aulas e por um trabalho individual escrito, em formato de artigo que analisará criticamente uma política pública relacionada à questão ambiental no Brasil, incluindo suas bases institucionais (regras) e organizacionais e problemas concretos referentes à sua formulação e/ou implementação. O tema deverá ser acordado previamente com a professora.

A média total será calculada da seguinte forma:

- Participação em aula: 15%;

- Trabalho oral em grupo: 30%;

- Trabalho escrito individual (artigo entregue no final da disciplina): 55%.

A nota mínima para aprovação é 6,0 (seis).

Míni Currículo da Docente:

Urbanista e advogada. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1984) e em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1997). Mestre (2007) e doutora (2013) em ciência política pela Universidade de Brasília, com pesquisas nas áreas de políticas públicas e estudos legislativos. Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima. Consultora Legislativa aposentada da Câmara dos Deputados (fev. 1991 - fev. 2020), com atuação nas áreas de meio ambiente e direito ambiental, urbanismo e direito urbanístico. Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do

Clima. Professora no mestrado e no doutorado em administração pública, e no mestrado em Políticas Públicas & Gestão Governamental do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Foi Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama (2016/2018). Lattes: http://lattes.cnpq.br/8757845751582248.

Encontro I (remoto)

Tópicos:

Debates iniciais: meio ambiente e clima na era do antropoceno; a crise climática e seus efeitos. Conceitos fundamentais em meio ambiente, política ambiental e direito ambiental. Desenvolvimento sustentável. Transversalidade, interdisciplinaridade e complexidade. Princípios da prevenção e da precaução, e do usuário-poluidor/pagador. Principais instrumentos de política ambiental (comando e controle/econômicos/voluntários). Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e sistemas conexos.

Leituras Obrigatórias:

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf.

Acordo de Paris, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm. [para este encontro, ver principalmente os artigos 2º e 3º]

Encontro II (presencial)

Tópicos:

Políticas relacionadas a biodiversidade e florestas (“agenda verde”). Legislação de proteção das florestas e outras formas de vegetação nativa. Desmatamento e clima no caso brasileiro. Proteção da fauna silvestre. Unidades de Conservação da natureza. População tradicional e gestão ambiental. Produção agropecuária sustentável. A distribuição de competências entre os entes federados. Legislação, processos decisórios e atuação governamental.

Leituras Obrigatórias:

ARAÚJO, S. M. V. G. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.). Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. p. 177-221. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5444.

ARAÚJO, S. M. V. G. Direito Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2021. E-book. [para este encontro, ver os capítulos 6 e 7]

Encontro III (presencial)

Tópicos:

Políticas relacionadas à “agenda marrom”. Controle da poluição. O novo marco legal do saneamento. Resíduos Sólidos. Resíduos perigosos. Gestão das cidades. A questão metropolitana. Estatuto da Cidade e legislação

correlata. Regularização de núcleos urbanos informais. Mobilidade urbana e a questão ambiental. Responsabilidade territorial urbana em tempos de crise climática. A distribuição de competências entre os entes federados. Legislação, processos decisórios e atuação governamental.

Leituras obrigatórias:

LEITE, Carlos Henrique P. et al. Novo marco legal do saneamento básico: alterações e perspectivas. Eng. Sanit. Ambient., v. 27, n. 5, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/esa/a/c9q3cL4bMT4L4KP7zCMxzCP/.

ARAÚJO, S. M. V. G. O Estatuto da Cidade e a Questão Ambiental. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259293789_O_Estatuto_da_Cidade_e_a_questao_ambiental.

Acessar o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis. [apenas para conhecer o Sistema]

Encontro IV (online)

Tópicos:

Política de gestão dos recursos hídricos. Usos múltiplos, titularidade e complexidade. Comitês de bacia e agências de água. Planos de bacia. O desafio da escassez. A distribuição de competências entre os entes federados. Relação da gestão dos recursos hídricos com as demais políticas ambientais. Legislação, processos decisórios e atuação governamental.

Leituras obrigatórias:

Lei 9.433/1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm

Acessar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, disponível em: https://www.snirh.gov.br/ [apenas para conhecer o Sistema]

Encontro V (presencial)

Tópicos:

Licenciamento ambiental e avaliação ambiental estratégica. O impacto do crescimento econômico. A distribuição de competências entre os entes federados para a emissão das licenças. A atuação no pós-licença. Estudos de caso sobre licenciamento ambiental. Potencial e entraves da avaliação ambiental estratégica. Legislação, processos decisórios e atuação governamental.

Leituras obrigatórias:

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil? Estudos Avançados, v. 31, p. 167-183, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100167

ARAÚJO, S. M. V. G. Direito Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo: Editora Senac, 2021. E-book. [para este encontro, ver o capítulo 3]

Encontro VI (presencial)

Tópicos:

A questão climática. Mitigação, adaptação e perdas e danos. Os acordos internacionais e sua aplicação. A Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Clima. O caso da "pedalada climática" e sua solução. Os compromissos brasileiros e a nova NDC. O novo Plano Clima. O papel dos entes subnacionais na questão climática. Mercados de carbono e o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Legislação, processos decisórios e atuação governamental.

Leituras obrigatórias:

LACLIMA; OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Acordo de Paris: um guia para perplexos. Atualizado em 2023. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/11/Acordo-de-Paris-Um-guia-para-os-perplexos-1.pdf.

LEITURAS COMPLEMENTARES

ABERS, R. Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura. Texto para Discussão (Ipea), v. 2231, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28679:td-2231-conflitos-mobilizacoes-e-participacao-institucionalizada-a-relacao-entre-a-sociedade-civil-e-a-construcao-de-grandes-obras-de-infraestrutura&catid=390:2016&directory=1.

ARAÚJO, S. M. V. G.; FERNANDES, A. S. A.; COÊLHO, D. B. Does Metropolitan Area Management Matter in Brazil? DISP, v. 52, p. 17-25, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303905061_Does_Metropolitan_Area_Management_Matter_in_Brazil_Elements_of_a_Complex_Issue.

ARAÚJO, Suely M. V. G. Política Ambiental no Brasil no Período 1992-2012: um estudo comparado entre as agendas verde e marrom. Tese (doutorado em ciência política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/256455857_Politica_Ambiental_no_Brasil_no_Periodo_1992-2012_Um_Estudo_Comparado_das_Agendas_Verde_e_Marrom

AUGUSTO BERTI CORRÊA, Hector; PEREIRA PRADO, Ivan; CESARI COSTA, Enrico. Limites ao uso do Spending Power da União na indução de padrões regulatórios nacionais em saneamento básico. Journal of Law and Regulation, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 69–103, 2023. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/43687.

BONELLI, Francesco et al. The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control. Sustainability in Debate, v. 14, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/44277.

COUTINHO, Rodrigo P. A. Trajetória político-institucional do saneamento básico no Brasil: Do Planasa à Lei 14.026/2020. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, n. 3, 2020.

CRUTZEN, Paul J. Can We Survive the "Anthropocene" Period? Project Syndicate, jun.2009. Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/can-we-survive-the--anthropocene--period.

FIORILLO, Celso A. P.; FERREIRA, Renata M. Estatuto da Cidade comentado. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F. The challenges of the anthropocene: from international environmental politics to global governance. Ambiente e Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 177-202, Sept. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300177.

MERCADANTE, Maurício. Uma Década de Debate e Negociação: a História da Elaboração da Lei do Snuc. In:

BENJAMIN, Antônio H. (Org.). Direito Ambiental das áreas protegidas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

OAB. Comissão Especial de Saneamento, Recursos Hídricos e Sustentabilidade. O novo marco legal do saneamento básico. Cartilha, sem data. Disponível em: https://www.oab.org.br/Content/pdf/cartilhasaneamento5.pdf.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Brasil 2045: Construindo uma potência ambiental. Volume 1. Piracicaba, 2022. Disponível em: https://www.oc.eco.br/brasil-2045-construindo-uma-potencia-ambiental-vol-1/.

PÊGO FILHO, B. et al. Condicionantes institucionais à execução dos investimentos em infraestrutura econômica no Brasil: licenciamento ambiental. Texto para Discussão (Ipea), n. 2353, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8200.

ROCKSTRÖM, Johan. Safe and just Earth system boundaries. Nature 619, p. 102–111, 2023. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41586-023-06083-8.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. Curso de Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TUNDISI, José G. Recursos hídricos no futuro: desafios e soluções. Estudos Avançados, v. 22, n. 63, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a02.
VEIGA, José Eli da. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac, 2019.